





publicações

Continuação da página C1

XV - Acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica na área da saúde, visando à observação de padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sócio-cultural do município;

XVI - Cooperar na melhoria da qualidade da formação dos trabalhadores da saúde;

XVII - Fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar os indícios de denúncias aos respectivos órgãos, conforme legislação vigente.  
a) - O conselho, ao ver como estão as ações e os serviços de saúde, pode, se houver necessidade, encaminhar denúncias a outros órgãos, tais como: TCU, CGU, Ministério Público, Tribunais de Contas dos Estados etc.

XVIII - Examinar propostas e denúncias de início de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do conselho, nas suas respectivas instâncias.  
a) O conselho pode, por iniciativa própria, examinar as denúncias que chegarem a Ele, se for o caso, encaminhar aos órgãos responsáveis. Também pode responder a dúvidas sobre assuntos relacionados à saúde em sua esfera de atuação. Se alguém ou alguma entidade se sentir prejudicada por uma decisão do conselho e entrar com um recurso contra ele, o próprio conselho pode analisá-lo. Conforme estabelece o Tribunal de Contas da União.

XIV - Divulgar suas ações através dos diversos mecanismos da comunicação social;

XV - Manifestar-se sobre todos os assuntos de sua competência.

**Artigo 17º** – As três esferas de Governo garantirão autonomia administrativa para o pleno funcionamento do Conselho de Saúde, dotação orçamentária, autonomia financeira e organização da secretaria-executiva com a necessária infraestrutura e apoio técnico:

**§ 1º**- Os conselheiros (as) terão suas despesas custeadas, para participar de conferências, simpósios, congressos e atividades para as quais forem designados; custeio para transporte, alimentação e hospedagem, se necessário, pagas com recursos consignados no orçamento para o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde – CMS, conforme normas e acordo entre o Conselho Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde e estabelecidas pelo Ministério da Saúde e Conselho Nacional de Saúde.

I- o Conselho Municipal de Saúde decide sobre seu orçamento;

II- cabe ao Conselho de Saúde deliberar em relação à sua estrutura administrativa e o quadro de pessoal;

III- as decisões do Conselho de Saúde serão adotadas mediante quórum mínimo (metade mais um) dos seus integrantes, ressalvados os casos regimentais nos quais se exija quórum especial, ou maioria qualificada de votos;

a) entende-se por maioria simples o número inteiro imediatamente superior à metade dos membros presentes;

b) entende-se por maioria absoluta o número inteiro imediatamente superior à metade dos membros do Conselho;

c) entende-se por maioria qualificada 2/3 (dois terços) do total de membros do Conselho;

d) Todas as prestações de contas (Audiência Publica) deverão ser aprovadas pela maioria qualificada de 2/3 dos votos;

IV- qualquer alteração na organização do Conselho de Saúde preservará o que está garantido em lei e deve ser proposta pelo próprio Conselho e votada em reunião plenária, com quórum qualificado, para depois ser alterada em seu Regimento Interno e homologada pelo gestor da esfera correspondente;

V- o Conselho de Saúde, com a devida justificativa, buscará auditorias externas e independentes sobre as contas e atividades do Gestor da Saúde;

**Artigo 18º** - O Conselho Municipal de Saúde poderá criar uma comissão permanente para assessorar e fiscalizar o plenário no cumprimento de suas atribuições.

**§1º** - Na composição desta comissão é recomendável a participação de todos os segmentos representados no Conselho, governo, trabalhadores de saúde, prestadores de serviço e usuários.

**§2º** - A comissão permanente deverá eleger um Coordenador, um vice-coordenador e um secretário entre seus membros, os quais não deverão ser conselheiros.

Subseção II  
Das Competências do Plenário

**Art. 19º** Compete ao Plenário do CMS:

- I - dar operacionalidade às competências do CMS descritas no art. 15 deste Regimento;
- II - deliberar sobre os modelos de atenção à saúde da população e de gestão do SUS;
- III - definir prioridades, métodos e estratégias para a formação e educação permanente dos trabalhadores, gestores, prestadores de serviços e usuários do SUS;
- IV - aprovar a proposta setorial da saúde, no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento Geral da União e participar da consolidação do Orçamento da Seguridade Social, após análise anual dos planos de metas, compatibilizando-a com os planos de metas previamente aprovados, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendente;
- V - a qualquer tempo, criar, modificar, suspender temporariamente as atividades e extinguir, Comissões e Grupos de Trabalho compostos por Conselheiros do CMS, por maioria qualificada de votos dos conselheiros;
- VI - deliberar sobre propostas de normas básicas nacionais para operacionalização do SUS;
- VII - estabelecer diretrizes gerais e aprovar parâmetros municipais quanto à política de recursos humanos para a saúde;
- VIII - definir diretrizes e fiscalizar a movimentação e aplicação dos recursos financeiros do SUS, em âmbito municipal, com base no cumprimento dos percentuais definidos na Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e na legislação vigente sobre o tema;

IX - aprovar a organização e as normas de funcionamento da Conferência Municipal de Saúde, reunida ordinariamente a cada 2 anos, e convocá-la extraordinariamente, se necessário, na forma prevista pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990;  
X - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, o Ministério Público, o Judiciário, o Legislativo e a mídia, bem como com setores relevantes não representados no Conselho;  
XI - definir ações de integração com outros conselhos setoriais com o propósito de cooperação mútua e de estabelecimento de estratégias comuns para o fortalecimento do sistema de participação e controle social;  
XII - emitir pareceres quanto à criação de novos cursos de ensino superior na área de saúde, no que concerne à caracterização das necessidades sociais;  
XIII - decidir sobre impasses ocorridos nos Conselhos Locais de Saúde  
XIV - aprovar a indicação do nome da Secretária-Executiva do CMS, bem como solicitar ao Secretária da Saúde a sua substituição diante de situações que a justifiquem, ambas por deliberação da maioria absoluta do Plenário do CMS;  
XVIII - deliberar acerca de instruções e ações que favoreçam o exercício das atribuições legais dos Conselhos Locais de Saúde;  
XIX - deliberar ações para divulgação do CMS nos meios próprios de comunicação social  
XX - eleger o Presidente do CMS, bem como os demais membros da Mesa Diretora;  
XXI - aprovar representação junto ao Ministério Público quando as competências e decisões do Conselho forem desrespeitadas ou ocorrer ameaça de grave lesão à saúde pública, por maioria qualificada de votos;

Subseção III  
Da Mesa Diretora

**Art. 20º** Compete à Mesa Diretora:

I - articular, junto ao Poder Executivo, as condições necessárias para o pleno funcionamento do CMS, incluindo a execução do planejamento e o monitoramento das ações;  
II - promover articulações políticas com órgãos e instituições, internos e externos, com vistas a garantir a intersectoriedade do controle social e a articulação com outros

conselhos de políticas públicas com o propósito de cooperação mútua e de estabelecimento de estratégias comuns para o fortalecimento da participação da sociedade na formulação, implementação e no controle das políticas públicas;  
III - elaborar e encaminhar ao Plenário do CMS relatórios mensais sucintos das suas atividades, assim como submeter, anualmente, ao Plenário, relatório de gestão;  
IV - responsabilizar-se pelo acompanhamento da execução orçamentária do CMS e sua prestação de contas ao Plenário;  
V - responsabilizar-se pelo encaminhamento de todas as matérias para deliberação do CMS;  
VI - analisar o relatório de frequência dos Conselheiros nas reuniões do CMS para deliberação do Plenário e demais providências regimentais;  
VII - decidir, quando necessário, pelo convite a especialistas, visando a esclarecimentos de assuntos, matérias e informações referentes a temas de interesse do CMS;  
VIII - receber da Secretaria-Executiva do CMS matérias, processos, denúncias, pareceres e sugestões, inclusive os provenientes dos Conselhos Estaduais e Nacional de Saúde, para análise e encaminhamentos cabíveis;  
IX - encaminhar e monitorar as deliberações do Plenário, garantindo o cumprimento dos prazos fixados por este;  
X - articular-se com os Coordenadores das Comissões e dos Grupos de Trabalho

visando atender às deliberações do Plenário, assim como receber os resultados dos trabalhos para ser enviados ao CMS, garantindo os prazos fixados;  
XI - proceder à seleção de temas para a composição da pauta das Reuniões Ordinárias e das Reuniões Extraordinárias do CMS, priorizando aquelas deliberadas em reunião anterior, observando os seguintes critérios, estabelecidos pelo Pleno, que levam em consideração a:  
a) pertinência (inserção clara nas atribuições legais do Conselho);  
b) relevância (inserção nas prioridades temáticas definidas pelo Conselho);  
c) tempestividade (inserção no tempo oportuno e hábil);  
d) precedência (ordem da entrada da solicitação);  
XII - tomar outras providências, visando ao cumprimento de suas atribuições;  
XIII - cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno do CMS, submetendo os casos omissos à apreciação do Plenário; e  
XIV - convocar reuniões com os Coordenadores e Coordenadores Adjuntos das Comissões, aprovadas previamente pelo Plenário.

**Artigo 21º** - A Mesa Diretora se reunirá quinzenalmente, sob a coordenação do presidente.

Subseção IV  
Secretaria Executiva do CMS

**Art. 22º** Compete à Secretaria-Executiva:

- I – assistir ao Conselho Municipal de Saúde na formulação de estratégias e no controle da execução da Política Municipal de Saúde em âmbito municipal;
- III – promover a divulgação das deliberações do CMS;
- IV – organizar o processo eleitoral do CMS;
- V – participar da organização da Conferência Municipal de Saúde e das Conferências Temáticas;
- VI – promover e praticar os atos de gestão administrativa necessários ao desempenho das atividades do CMS e das unidades organizacionais integrantes de sua estrutura;

CAPITULO V  
Subseção I  
Das atribuições do Presidente

**Art. 23º** São atribuições do Presidente do Conselho Municipal de Saúde:

- I – convocar e coordenar as Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do CMS;
- II – representar o CMS em suas relações internas e externas;
- III – estabelecer interlocução com a Secretaria Municipal de Saúde e demais órgãos do governo municipal, estadual, nacional, e, com instituições públicas ou entidades privadas, com vistas ao cumprimento das deliberações do CMS;
- IV – representar o CMS junto ao Ministério Público, quando as atribuições e deliberações do CMS ou assuntos relativos ao direito à saúde forem desrespeitados ou ocorrer ameaça de grave lesão à saúde pública, desde que aprovado por, no mínimo, a maioria qualificada dos seus membros;
- V – assinar as Resoluções aprovadas pelo Plenário;
- VI – decidir, *ad referendum*, acerca de assuntos emergenciais, quando houver impossibilidade de consulta ao Plenário, submetendo o seu ato à deliberação do Plenário em reunião subsequente;
- VII – expedir atos decorrentes de deliberações do CMS;
- VIII – convocar e coordenar as reuniões da Mesa Diretora;

- IX – delegar atribuições a outros representantes da Mesa Diretora e demais Conselheiros, sempre que se fizer necessário;
- X – promover o pleno acesso às informações relevantes para o SUS para fins de deliberação do Plenário; e
- XI – cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno, submetendo os casos omissos à apreciação do Plenário.
- XII – O presidente colocará, obrigatoriamente, em votação toda matéria depois de esgotadas as discussões.
- XIII – O Presidente instalará as comissões.

**§1º**- O presidente terá prerrogativa de deliberar AD REFERENDUM do Plenário, em ocasiões excepcionais. Tais deliberações deverão ser aprovadas pelo Conselho, perdendo a validade caso sejam rejeitadas, ou não apresentadas para apreciação na primeira reunião subsequente. Em casa de empate na votação, o presidente terá a prerrogativa do voto de qualidade.  
**§2º**- Quando o presidente se omitir ou exorbitar das funções que lhe são atribuídas neste regimento, qualquer conselheiro poderá reclamar sobre o fato, recorrendo do ato ao plenário.

Subseção II  
Vice-Presidente

**Artigo 24º** – São atribuições do Vice – Presidente

- I – Substituir o Presidente em seus impedimentos;
- II – Auxiliar o Presidente, sempre que necessário;
- III – Exercer outras atribuições que, de comum acordo, lhe forem delegados pelo Presidente ou que lhe tenham sido designados pelo Plenário.

Subseção III  
1º Secretário (A)

**Art. 25º** - compete ao 1º secretário (a)

- a) Constar a presença dos conselheiros ao abrir as reuniões plenárias e demais confirmando a presença em livro
- b) Ler a ata e o expediente
- c) Fazer a inscrição dos oradores
- d) Fazer a chamada dos conselheiros nas ocasiões determinadas
- e ) Presidir as reuniões, nas ausências do presidente e do vice-presidente
- f) Secretariar as reuniões e promover as medidas destinadas ao cumprimento das ações e deliberações do plenário
- g) Assinar com o presidente

Subseção IV  
2º Secretário (a)

**Art. 26º** - competente ao 2º secretário substituir o 1º secretário em caso de ausência.

Subseção VI  
Dos Conselheiros

**Art. 27º** São atribuições dos Conselheiros:

- I – zelar pelo pleno e total desenvolvimento das ações do CMS;
- II – estudar e relatar, nos prazos preestabelecidos, matérias que lhes forem distribuídas, podendo valer-se de assessoramento técnico e administrativo;
- III – apreciar as matérias submetidas ao CMS para votação;
- IV – apresentar Moções, Recomendações, Resoluções ou outras proposições sobre assuntos de interesse da saúde;
- V – requerer votação de matéria em regime de urgência;

- VI – acompanhar e verificar o funcionamento dos serviços de saúde no âmbito do SUS, dando ciência ao Plenário quando necessário;
- VII – apurar denúncias sobre matérias afetas ao CMS, apresentando relatório da missão, sem prejuízo das competências dos demais órgãos da Administração Pública.
- VIII – desempenhar outras atividades necessárias ao cumprimento de suas atribuições e do funcionamento do CMS;
- IX – pedir vistas em assuntos submetidos à análise do CMS, quando julgar necessário; e
- X – representar o CMS perante as instâncias e fóruns da sociedade e do governo quando for designado pelo Plenário.

Subseção VII  
Secretaria Executiva

**Art. 28º** São atribuições da Secretária Executiva:

- I - planejar, coordenar e orientar a execução das atividades do Conselho Municipal de Saúde;
- II - dar encaminhamento às demandas dos Conselhos Locais e Municipal de Saúde após a deliberação do Pleno.
- III - tornar públicas as deliberações do CMS;
- IV - participar e promover o apoio técnico-administrativo necessário para a realização das Conferências de Saúde;

CAPITULO VI  
Do Funcionamento das Reuniões

**Artigo 29º** - O Conselho Municipal da Saúde funcionará segundo o que disciplina o seu regimento interno e terá as seguintes normas gerais:

I. O órgão de deliberação máxima será a Plenária do Conselho;

II. O Conselho Municipal da Saúde reunir-se-á extraordinariamente para tratar de matérias especiais ou urgentes, quando houver:

a - Convocação formal da Mesa Diretora;

b - Convocação formal de metade, mais um de seus membros titulares;

c – Em segunda convocação com o numero de membros presentes;

III. Cada membro do Conselho terá direito a um único voto na Plenária do Conselho;

IV. As Plenárias do Conselho serão instaladas com a presença da maioria simples dos membros que deliberarão pela maioria dos votos presentes;

V. As decisões do Conselho Municipal da Saúde serão consubstanciadas em resolução, moção ou recomendação;

VI. A Mesa Diretora do Conselho poderá deliberar "ad referendum" da Plenária do Conselho.

**Artigo 30º** - O CMS se reunirá ordinariamente duas vezes por mês e extraordinariamente por convocação do Presidente ou mediante requerimento de dois terços de seus membros efetivos.

**§1º**- Uma vez protocolada no Conselho o requerimento da reunião extraordinária, solicitada de acordo com o Caput deste artigo, o presidente terá prazo de 03 (três) dias úteis para expedir a convocação e realizar a reunião.

**§2º** - As datas e horários das reuniões ordinárias serão fixados, por consenso, na primeira reunião ordinária de cada semestre enviado cronograma para seus membros.

**§3º** - O Presidente expedirá, obrigatoriamente, convocação, para os membros titulares e suplentes, com a devida pauta, cinco dias úteis antes das reuniões ordinárias, por meio de correspondência protocolada.

**§4º** - Na impossibilidade de participação regular de qualquer membro em consequência do calendário estabelecido, e na inviabilidade de compatibilização de horário, o CMS comunicara o respectivo segmento, solicitando a substituição imediata, conforme os dispositivos legais em vigor.

**Artigo 31º** - As reuniões do Conselho Municipal de Saúde serão compostas por:

- a) Apreciação e aprovação da ata anterior;
- b) Expediente constando de informes;
- c) Ordem do dia com os temas definidos e preparados;
- d) Deliberações
- e) Encerramento;

**Parágrafo único** - Os suplentes que não estiverem substituindo seus titulares poderão participar das reuniões com direito a voz.

**Artigo 32º** –As reuniões do CMS são públicas. Toda pessoa tem o direito de assistir as reuniões, Fica assegurado a cada um dos membros participantes das reuniões o direito de manifestar-se sobre todo e qualquer assunto em discussão; não podendo requerer volta a discussão após encaminhamento para votação.

Subseção II  
Do Expediente

**Artigo 33º** - O Expediente terá duração máxima de 90 minutos, desde que haja quorum mínimo exigido, e obedecerá ao seguinte procedimento:

- I - comunicações da Secretaria-Executiva;
- II - pedidos de licença e justificação de faltas dos Conselheiros;
- III - pedidos de inclusão de matéria na ordem do dia da próxima Reunião Ordinária do CMS;
- IV - pedido de inclusão, na ordem do dia, de assunto emergencial, devidamente justificado e aprovado por maioria;

V - apresentação de convidados, bem como de novos Conselheiros ao Plenário; e  
VI - manifestação ou pronunciamento dos Conselheiros inscritos para falar, depois de esgotados os assuntos referidos nos incisos I ao V deste artigo.

**§ 1º** Os informes não comportam discussão e votação, mas somente esclarecimentos, devendo o Conselheiro que desejar apresentar informe, inscrever-se na Secretaria-Executiva até trinta minutos antes do horário previsto para o início da Reunião.  
**§ 2º** Não se tratará, no Expediente, de nenhuma matéria constante da ordem do dia.

**§3º** Havendo necessidade, a duração do expediente poderá ser prorrogada por no Maximo 15 minutos.

Subseção III  
Da Questão de Ordem

**Artigo 34º** - Caberá o Presidente do CMS a avaliação da pauta que comporá a Ordem do dia das reuniões do referido CMS, considerando:

I - Proposta do Plenário feitas em reuniões anteriores;

II - Matérias pendentes constantes da Ordem do dia das reuniões anteriores;

III - Matéria apresentada por 1/3 (um terço) dos membros, por meio e requerimento dirigido ao presidente, protocolado 48 horas antes do prazo de expedição da convocação da reunião, na qual devera ser apreciado;

**§ 1º** - é dever da Secretária Executiva do CMS, preparar cada tema de pauta da ordem do dia, com documentos e informações disponíveis, inclusive destaques dos pontos recomendados para deliberação, a serem distribuídos pelo menos uma semana antes da reunião, sem o que, salvo a critério do plenário, não poderá ser votado;  
**§ 2º** - na definição da ordem do dia, sem prejuízo no disposto do §3º, a secretaria executiva do CMS procederá a seleção dos temas obedecendo aos critérios:  
a) Pertinência (inserção clara nas atribuições legais);  
b) Relevância (inserção nas prioridades definidas);  
c) Tempestividade (inserção no tempo oportuno e hábil);  
d) Precedência (ordem da entrada da solicitação);

**§3º** - Em reuniões ordinárias, por decisão do Plenário poderão ser incluídos para deliberação, assuntos que não constem na ordem do dia.

**Artigo 35º** - O CMS deliberará em primeira convocação mediante quórum mínimo (metade mais um) de seus integrantes presentes, ou em segunda convocação mediante



Subseção IV

Da Questão do Encaminhamento

Art. 37º

A questão de encaminhamento é a manifestação do Conselheiro quanto ao processo de condução do tema tratado no momento, com vista ao melhor andamento da Reunião.

Art. 38º

A questão de encaminhamento deverá ser formulada por Conselheiro ao Coordenador da Sessão Plenária em termos claros e precisos, com tempo de exposição de, no máximo, três minutos, podendo ser concedido igual tempo para o conjunto de intervenções para contra-argumentação.

Parágrafo Único:

Não serão concedidas questões de encaminhamento durante o regime de votação de matéria, ou antes, da apresentação de um encaminhamento pelo Coordenador da Sessão Plenária.

Subseção V

Da Questão do Esclarecimento

Art.39º

A questão de esclarecimento é o instrumento que o(a) Conselheiro(a) poderá utilizar para esclarecimento de dúvidas, dirigida ao Presidente do Conselho ou a Secretaria Municipal de Saúde, antes do processo de votação, sendo concedido tempo máximo de três minutos para manifestação da pergunta e da resposta.

Subseção VI

Do Pedido de Vista

Artigo 40º

- Todo membro do Conselho poderá pedir vistas de matéria em deliberação, desde que aprovado por 2/3 do CMS tendo acesso a toda documentação pertinente ao assunto, devendo emitir parecer, que será anexado ao processo. O parecer será objetivo de deliberação na reunião subsequente, ordinária ou extraordinária.

§ 1º Ocorrendo o pedido de vista da matéria, a discussão ficará suspensa automaticamente.

§ 2º A matéria retirada da ordem do dia, em virtude de pedido de vista, será devolvida à Secretaria-Executiva até dez dias antes da reunião subsequente, para ser disponibilizada ao CMS, acompanhada do parecer emitido pelo Conselheiro que pediu vista.

§ 3º Havendo pedido de vista, o Presidente consultará o Plenário quanto ao interesse de mais algum Conselheiro utilizar-se do mesmo direito, uma vez que não haverá novo pedido de vista.

§ 4º Quando mais de um Conselheiro pedir vista de uma matéria, o prazo para apresentação dos pareceres será o mesmo previsto no § 2º deste artigo, devendo a Secretaria- Executiva fornecer o material disponível para a elaboração dos seus pareceres.

§ 5º O Conselheiro perde o direito de apresentação e apreciação do seu parecer, nas seguintes situações:

I - não cumprimento do prazo estabelecido no § 2º deste artigo; e

II - não comparecimento na reunião designada para tal fim.

§ 6º É vedado ao Conselheiro relator designar a outro a apresentação do seu parecer.

SUBSEÇÃO VII

Do Aparte

Art.41º

Considera-se aparte a interrupção da intervenção de um(a) Conselheiro(a) para indagação ou esclarecimento relativo à matéria em discussão, não podendo o mesmo ultrapassar um minuto.

§ 1º - O(A) Conselheiro(a) só poderá apartear se houver permissão do(a) orador(a).

§ 2º - O aparte esta incluído no tempo estabelecido ao Conselheiro(a).

§ 3º - Não será permitido aparte nas seguintes situações:

I – por ocasião da apresentação do expediente;

II – em regime de votação;

III – quando o(a) orador(a) declarar, previamente, que não o concederá;

IV – quando se tratar de questão de ordem;

V – quando o tempo restante da intervenção for inferior a um minuto; e

VI – quando já tiver concedido um aparte na mesma intervenção.

Seção VIII

Da Condução dos Trabalhos no Plenário

Art. 42º.

Matérias sujeitas à deliberação podem ser objeto de esclarecimentos, encaminhamentos e defesa.

Parágrafo único.

As matérias não sujeitas à deliberação admitem apenas questões de encaminhamento e esclarecimento, cabendo ao Presidente da Sessão Plenária alertar os Conselheiros quando estiverem utilizando indevidamente as formas de intervenções previstas.

SUBSEÇÃO IX

Da Votação

Art.43º

O processo de votação será iniciado imediatamente após a discussão.

§ 1º - O Presidente do Conselho consultará o Pleno sobre a necessidade de defesa da proposta antes do regime de votação.

§ 2º - Sendo considerada pelo Pleno a necessidade de defesa de proposta, o Presidente do Conselho concederá a palavra para defesas favoráveis e contrárias até que o Pleno se sinta esclarecido para a votação.

§ 3º - O prazo de intervenção de defesa de proposta sempre será de três minutos improrrogáveis.

Art.44º

A matéria extensa que abranja vários assuntos ou processos poderá ser votada em bloco, desde que não haja pedido de destaque e a documentação pertinente tenha sido distribuída aos Conselheiros(as) com a antecedência prevista neste Regimento.

§ 1º - Quando o assunto comporta vários aspectos, o Presidente do Conselho poderá separá-los para discussão e votação.

§ 2º - Em havendo prévia concordância do Pleno, uma matéria ou parte dela poderá ser considerada automaticamente aprovada se não houver pedido de destaque.

Art.45º

O processo de votação deverá ser aberto, nominal, por aclamação, por meio do levantamento do cartão de votação, ou secreto; cabe ao pleno decidir o processo a adotar;

§ 1º - Voto aberto é aquele que o votante manifesta verbalmente o seu voto.

§ 2º - Votação nominal é aquela em que é possível identificar os votantes e seus respectivos votos.

§ 3º- Voto por aclamação é aquele em que todos os membros de uma plenária manifestam ao mesmo tempo a sua vontade, por meio de uma manifestação oral ou gestual.

§ 4º - Voto secreto é aquele em que o votante permanece anônimo.

Art.46º

Na votação por aclamação, o Presidente do Conselho solicitará aos Conselheiros(as) que se manifestem favoráveis, contrários ou abstenham-se,

levantando o cartão de votação, e o resultado será proclamado por contraste ou pela contagem de votos.

Parágrafo único - Havendo dúvida quanto ao resultado proclamado, e se for requerida a verificação da votação, a recontagem de votos será realizada imediatamente pelo processo nominal.

Art.47º

Na votação nominal, os(as) Conselheiros(as) responderão “sim”, “não” ou “abstenção” à chamada feita pelo(a) Coordenador(a) da mesa, que anotará as respostas e proclamará o resultado final.

Parágrafo único

- O resultado da votação será mencionado na ata da reunião.

Art.48º

Será considerada aprovada a matéria que obtiver a maioria dos votos favoráveis, salvo nos casos em que o número de abstenções for maior que o somatório dos votos favoráveis e contrários. Neste caso a matéria em questão será repautada no

próximo pleno ou nos casos especiais previstos neste Regimento.

Art.49º

Em caso de empate, o Presidente do Conselho fará nova votação. Persistindo o empate o Presidente do Conselho utilizará sua prerrogativa do “Voto de Minerva”.

Subseção X

Da Declaração de Voto

Art.50º

Terá o direito de declaração de voto o (a) Conselheiro(a) que solicitar que o seu voto conste em ata.

§ 1º A declaração de voto será após a proclamação do resultado.

§ 2º O (A) Conselheiro(a) que se abster e manifestar o desejo de fazer declaração de voto poderá, após a votação, fazê-lo pelo prazo máximo de um minuto, ou entregá-la por escrito, durante a sessão, à Secretaria-Executiva para registro em ata e arquivamento da íntegra do pronunciamento para eventual consulta futura.

Art.51º

Durante a declaração de voto não serão permitidos apartes.

Subseção XI

Da Ata de Sessão

Art. 52º

As reuniões do Plenário devem ser gravadas e das atas devem constar:

I - a relação dos participantes, seguida do nome de cada membro com a menção da titularidade, titular ou suplente, e do órgão ou entidade que representa;

II - resumo de cada informe, onde conste de forma sucinta o nome do Conselheiro e o assunto ou sugestão apresentada;

III - relação dos temas abordados na ordem do dia com indicação dos responsáveis pela apresentação e a inclusão de alguma observação quando expressamente solicitada por Conselheiro;

IV - as deliberações tomadas, inclusive quanto à aprovação da ata da reunião anterior, aos temas a ser incluídos na pauta da reunião seguinte, registrando-se o número de votos contrários e favoráveis e as abstenções, incluindo a votação nominal quando solicitada; e

V - inteiro teor de manifestações em Plenário transcritas, caso haja solicitação de Conselheiro.

§ 1º O teor integral das matérias tratadas nas reuniões do CMS deverá ficar disponível na Secretaria-Executiva em gravação e em cópia impresso.

I- As reuniões gravadas, por áudio ou vídeo deverão permanecer em arquivo por um período de 12 (doze) meses.

II- As Atas das reuniões podem ser redigidas por meios eletrônicos, havendo a aprovação da plenária devera ser assinada por todos e todas suas folhas rubricadas pelos conselheiros participantes.

CAPÍTULO VI

DOS ATOS EMANADOS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

SEÇÃO I

DAS DELIBERAÇÕES

Art.53º

Deliberações são atos administrativos do Conselho Municipal de Saúde - CMS. Congregam todo ato, manifestação, deliberação, recomendação ou processo administrativo que tenha por fim imediato estabelecer, resguardar, modificar, extinguir e declarar direitos ou obrigações preconizados no Sistema Único de Saúde.

Art.54º

As deliberações do Conselho Municipal de Saúde - CMS, observado o quórum estabelecido são consubstanciadas em:

I – Resolução;

II – Recomendação;

III – Moção.

§ 1º As deliberações podem ser apresentadas durante a ordem do dia por qualquer Conselheiro(a), por escrito ou verbalmente, sendo identificadas de acordo com o seu tipo e numeradas correlativamente após aprovação.

§ 2º As deliberações do Conselho Municipal de Saúde – CMS, serão assinadas pelo seu Presidente e homologadas pelo Secretário (a) Municipal de Saúde, a seguir serão publicadas no Diário Oficial do Município, no prazo máximo de quinze dias, após sua homologação.

SUBSEÇÃO I

DAS RESOLUÇÕES

Art.55º

A Resolução é ato geral, de caráter normativo.

§ 1º - A redação da Resolução obedecerá às determinações contidas no Manual de Redação da Presidência da República e no Decreto Federal nº 4.176, de 28 de março de 2002, aplicáveis ao âmbito estadual.

§ 2º - As deliberações consubstanciadas em Resoluções e homologadas pelo Secretário (a) Municipal de Saúde serão publicadas no Diário Oficial do Município, no prazo máximo de quinze dias, após sua aprovação.

§ 3º - A Resolução aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde - CMS, sobre a qual não haja manifestações, será homologada de forma automática.

§ 4º - Caso o Secretário (a) Municipal de Saúde vete a Resolução do Conselho Municipal de Saúde – CMS, deverá devolver ao Pleno sua deliberação, com as justificativas sobre o ato respeitando o prazo estipulado no § 2º deste artigo.

§ 5º - Após análise das justificativas do veto, por falta de fundamentação ou inadequação, o Conselho Municipal de Saúde - CMS poderá derrubá-lo, desde que o quórum seja composto por maioria qualificada. No caso de derrubada do veto, a Resolução será homologada automaticamente, devendo ser publicada no Diário Oficial do Município, pela Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde - CMS no prazo máximo de quinze dias. Caso não obtenha os votos necessários o veto persistirá.

§ 6º - As Resoluções do Conselho Municipal de Saúde - CMS somente poderão ser revogadas pelo Pleno, por maioria qualificada.

SUBSEÇÃO II

DAS RECOMENDAÇÕES

Art.56º

A Recomendação é uma sugestão, advertência ou aviso a respeito do conteúdo ou forma de execução de políticas e estratégias setoriais ou sobre a conveniência ou oportunidade de se adotar determinada providência.

Parágrafo único

- As Recomendações serão sobre temas ou assuntos específicos que não seja habitualmente de responsabilidade direta do Conselho Municipal de Saúde - CMS, mas que são relevantes e necessários, dirigidos a sujeitos institucionais de quem se espera ou se solicita determinada conduta ou providência.

SUBSEÇÃO III

DAS MOÇÕES

Art.57º

Moção é uma proposta apresentada em uma assembleia deliberativa por um dos seus membros. A moção é uma forma de manifestar aprovação, reconhecimento ou repúdio a respeito de determinado assunto ou fato. Toda moção deve ser submetida ao Pleno para discussão e deliberação.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 58º

– O Conselho orienta a todos os conselheiros o uso do crachá e institui a carteira de representante para facilitar o acesso dos conselheiros, para fins de fiscalização nos serviços de saúde pública e privada; conforme normas estabelecidas em resolução publicada do CMS.

Artigo 59º

- Os assuntos tratados e as deliberações tomadas em cada reunião serão registrados em ata,pela secretaria ou vice eleita para compor a mesa diretora, que será lida e aprovada em reuniões subsequentes, devendo nela constar os resultados das votações.

Artigo 60º

- As deliberações normativas do CMS (decisões de aprovação do Plano Municipal da Saúde, fixação de critérios e diretrizes, aprovação de relatórios e prestações de contas) deverão ser homologadas pelo Secretario (a) Municipal de Saúde, as recomendações e diligencias não necessitam de homologação.

Artigo 61º

- O Conselho Municipal da Saúde, convocará a cada dois anos, uma Conferencia Municipal da Saúde para avaliar a política municipal da saúde, propor diretrizes de ação para o Sistema Único de Saúde e efetuar a eleição dos representantes do conselho, e ou a recondução dos mesmos por mais 2 anos (dois anos

CAPITULO IX

DAS DIRETRIZES BÁSICAS DA ATUAÇÃO

Artigo 62º

- O Conselho Municipal da Saúde observará no exercício de suas atribuições, as seguintes diretrizes básicas e prioritárias:

I - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem a promoção da saúde, redução do risco de doenças e outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção, recuperação e reabilitação;

II - Integralidade de serviços de saúde, buscando promoção da saúde em toda a rede municipal, diminuindo as taxas de mortalidade infantil e aumentando a expectativa de vida.

III – A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País.

Artigo 63º

- O Conselho Municipal da Saúde promoverá como órgão colegiado deliberativo e representativo, debates estimulando a participação comunitária, visando prioritariamente, a melhoria dos serviços da saúde no município.

Artigo 64º

- As disposições desta Lei, quando necessário, após a apreciação do CMS serão regulamentadas pelo Poder Executivo, desde que homologadas pelo Poder Legislativo.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 65º

- O presente Regimento Interno poderá ser alterado parcial ou totalmente, por meio de proposta expressa de qualquer um dos membros do CMS., e aprovada por 2/3 dos membros que constitui o CMS.

Artigo 66º

- Os casos omissos deste Regimento serão resolvidos pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde.

Artigo 67º

- Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "Massanobu Rui Okuma", 05 de maio de 2014.

- ANA MARIA MATOSO BIM -

Prefeita Municipal de Fernandópolis


Valdir Custódio Medrado

Secretário Municipal de Gestão

Registrado no livro próprio e publicado na Imprensa Oficial do Município, bem como por afixação nesta Prefeitura Municipal em lugar de costume e amplo acesso ao público. Data supra.

Uma publicação: terça-feira, 05 de agosto de 2014.

O EXTRA.NET - Edição Nº 2.362.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS

NOTIFICAÇÃO

Notifico os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais com sede neste Município, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.452 de 20/03/1997, que foram recebidos pela Prefeitura Municipal de Fernandópolis os seguintes repasses: 1) R\$ 444.218,77 (Quatrocentos e quarenta e quatro mil, duzentos e dezoito reais e setenta e sete centavos) relativos ao FPM- Fundo de Participação dos Municípios, distribuídos no dia 30/07/2014; 2) R\$ 456,28 (Quatrocentos e cinquenta e seis reais e vinte e oito centavos) relativos ao SNA- Simples Nacional, distribuídos no dia 29/07/2014; 3) R\$ 497,60 (Quatrocentos e noventa e sete reais e sessenta centavos) relativos ao Simples Nacional, distribuídos no dia 30/07/2014; 4) R\$ 392.678,92 (Trezentos e noventa e dois mil, seiscentos e setenta e oito reais e noventa e dois centavos) relativos ao FUNDEB, distribuídos no dia 29/07/2014; 5) R\$ 266,14 (Duzentos e sessenta e seis reais e quatorze centavos) relativos ao ITR- Imposto Territorial Rural, distribuídos no dia 30/07/2014; 6) R\$ 26.171,77 (Vinte e seis mil, cento e setenta e um reais e setenta e sete centavos) relativos ao FUNDEB, distribuídos no dia 30/07/2014; 7) R\$ 564,48 (Quinhentos e sessenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) relativos ao SNA- Simples Nacional, distribuídos em 31/07/2014; 8) R\$ 119.875,00 (cento e dezenove mil, oitocentos e setenta e cinco reais) relativos ao SAMU- Serviços de Atendimento Móvel às Urgências, distribuídos em 31/07/2014; 9) R\$ 13.200,00 (Treze mil e duzentos reais) relativos ao CEO- Centro de Especialidades Odontológicas, distribuídos em 31/07/2014; 10) R\$ 2.543,90 (Dois mil, quinhentos e quarenta e três reais e noventa centavos) relativos ao SNA- Simples Nacional, distribuídos em 01/08/2014; 11) R\$ 33.266,08 (Trinta e três mil, duzentos e sessenta e seis reais e oito centavos) relativos ao FEP- Fundo Especial do Petróleo, distribuídos em 01/08/2014; 12) 11.498,11 (Onze mil, quatrocentos e noventa e oito reais e onze centavos), relativos ao ICMS- Desoneração das Exportações Lei 87/96, distribuídos em 01/08/2014; 13) R\$ 12.027,64 (Doze mil, vinte e sete reais e sessenta e quatro centavos) relativos ao FUNDEB. Fernandópolis 04 de agosto de 2014.

Uma publicação: terça-feira, 05 de agosto de 2014.

O EXTRA.NET - Edição Nº 2.362.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS

AVISO DE NOTIFICAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 002/2013

Pelo presente fica a empresa **Proposta Engenharia Ambiental Ltda.** notificada a apresentar, querendo, contrarrazões ao recurso interposto pela empresa **Ecopav Construção e Soluções Urbanas Ltda.**, dentro do prazo legal, contado a partir da publicação da presente.

Fernandópolis, 03 de agosto de 2014.

**ANTONIO FERNANDO TAMBURUS**

Presidente da C.P.L.

Uma publicação: terça-feira, 05 de agosto de 2014.

O EXTRA.NET - Edição Nº 2.362.

VENDE-SE CASA LOTÉRICA

VENDE-SE CASA LOTÉRICA COM 2 MÁQUINAS. ÚNICA NA CIDADE. HÁ 20 KM DE FERNANDÓPOLIS. FONE: (17) 99701-5100



